

O Boletim de Conjuntura (BOCA) publica ensaios, artigos de revisão, artigos teóricos e empíricos, resenhas e vídeos relacionados às temáticas de políticas públicas.

O periódico tem como escopo a publicação de trabalhos inéditos e originais, nacionais ou internacionais que versem sobre Políticas Públicas, resultantes de pesquisas científicas e reflexões teóricas e empíricas.

Esta revista oferece acesso livre imediato ao seu conteúdo, seguindo o princípio de que disponibilizar gratuitamente o conhecimento científico ao público proporciona maior democratização mundial do conhecimento.



BOLETIM DE CONJUNTURA

BOCA

Ano III | Volume 5 | Nº 15 | Boa Vista | 2021

<http://www.ioles.com.br/boca>

ISSN: 2675-1488

<http://doi.org/10.5281/zenodo.4553185>



HISTÓRIAS, MOBILIDADES E TERRITORIALIDADE DOS AVA-GUARANI NA FRONTEIRA BRASIL – PARAGUAI

Anderson Frigo¹

Max André Araújo Ferreira²

Resumo

Os processos históricos dos povos Ava-Guarani na região entre Foz do Iguaçu (Brasil) e Ciudad del Este (Paraguai), acarretaram a discussão sobre o conceito de fronteira, mobilidade e territorialidade. Nesse sentido, o presente ensaio visa realizar um breve resgate conceitual sobre temas que são amplamente discutidos pela academia, mas que no processo histórico da construção da Usina Hidroelétrica de Itaipu (1982-1988) parece ter sido esquecido. Com isso, é preciso pensar de forma mais ampliada, sobre as interferências no território e na dinâmica tomada por esses povos originários. Ao falar sobre fronteira, tentar trazer a concepção dos Guarani sobre essa demarcação controlada pelo Estado Nacional. Apesar de consideradas importantes estruturas físicas que impõe regras e segregação, para o não índio retrata apenas um espaço simbólico e sem bandeira.

Palavras chave: Ava-Guarani. Mobilidade. Territorialidade.

Abstract

The historical processes of the Ava-Guarani peoples in the region between Foz do Iguaçu (Brazil) and Ciudad del Este (Paraguay), led to a discussion on the border, mobility and territoriality. In this sense, this essay aims to carry out a brief conceptual rescue on topics that are widely discussed by the academy, but which in the historical construction process of the Itaipu Hydroelectric Plant (1982-1988) seems to have been forgotten. With this, it is necessary to think more broadly, about the interferences in the territory and the dynamics taken by these original peoples. When talking about the frontier, try to bring the Guarani's conception of this demarcation controlled by the National State. Despite being considered important physical structures that impose rules and segregation for non-Indians it portrays only a symbolic space without a flag.

Keywords: Ava-Guarani. Mobility. Territoriality.

O presente ensaio tem como elemento discutir as histórias, as mobilidades, a territorialidade dos povos guaranis no Oeste do Estado do Paraná, mais precisamente, na fronteira do território brasileiro e paraguaio. Para isso é preciso lembrar que o momento histórico vivido no período, vem trazer à tona, a importância de conhecer como se deu o processo de territorialização da etnia guarani.

Com a desapropriação de terras a partir do alagamento para a construção do lago de Itaipu, houve vários elementos que interferiram no cenário em que esses povos estavam inseridos. Ainda assim é necessário identificar as histórias de mobilidade que envolvem a questão indígena, através de características da territorialidade que está naturalmente inserida como viés intrínseco a determinados

1 Jornalista e mestrando em História pela Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA). Email para contato: afrigo@rpc.com.br

2 Bacharel em Ciências Contábeis, mestre em Sociedade e Fronteiras e doutorando em Sociedade, Cultura e Fronteiras. Professor da Universidade Federal de Roraima (UFRR). E-mail para contato: max.andre@ufrr.br



comportamentos sociais e culturais à época da população que não estava envolvida diretamente com o tema.

Por fim, o ensaio discute a mobilidade espacial dos Ava-Guarani a partir do impacto gerado pelo megaempreendimento Itaipu Binacional. Processo comum já pertencente aos costumes destes originários, mas que forçou uma dinâmica mais intensa e sem direito de escolhas, com o estrangulamento de terras que ano após ano vem sendo reduzida, arruinada e lapidada.

Considerada ao longo de sua história como a maior geradora de energia do mundo, a construção e a implantação da hidrelétrica de Itaipu (1982-1988) provocaram um apagão cultural, social e de territorialidade dos povos indígenas Guarani, no Oeste do Paraná. Nesse sentido, tal empreendimento, forçou um processo acelerado e desordenado de mobilidade destes povos onde foi reduzida a ocupação territorial.

Um dos primeiros movimentos em reconhecer sobre os impactos nas transformações dos povos originários, localizados na fronteira de Foz do Iguaçu e *Ciudad del Este*, e em particular, os povos da etnia Avá-Guarani foi tratado por Alcantara et al (2019) onde constata que a Itaipu provocou uma ruptura nas relações simbólicas, nas redes de parentesco e na própria base no modo de vida e de significação dos Guarani ao avançar sobre os seus lugares históricos e sagrados.

Carvalho (2013) apurou que entre 2004 e 2005, houve o desaparecimento de 32 aldeias da etnia, processo ocorrido do início dos anos 40 até os anos 80 do século XX, sem que quaisquer direitos sobre a posse indígena de tais terras fossem respeitados. A implementação do megaempreendimento foi responsável por calar a voz de dezenas de famílias que mantinham seus rituais e dinâmicas históricas na região.

Alcantara *et al.* (2019) revela que o Relatório da Comissão da Verdade apurou que apenas os não-índios foram indenizados e reassentados. Isso forçou uma mobilidade mais intensa destes povos. As famílias expulsas, foram para áreas que margeavam o rio Paraná, para o Paraguai e para a Argentina. Esse fato acirrou os ânimos na região no tocante a retirada dos povos originários.

Portanto uma das correntes de pensamento, que compreende e legitima o conceito de fronteira, atualmente na geografia, surge muito depois da presença desses povos indígenas na Região Oeste do Paraná, sendo que esses, estão no local antes até da chegada dos europeus, no século XVI. Essa ideia, portanto, está majoritariamente impregnada no coletivo social, sendo oriunda de pensamento europeu, ideia essa que parece desprezar qualquer outro modo de vida.

Na contramão dessa corrente, Carvalho (2013) entende que para os povos originários, a fronteira não possui o mesmo significado “aqui, como acolá”, sendo que, essas terras, sempre foram ocupadas por



eles; até então, a fronteira foi sempre porosa à ida e vinda dos Guarani. A autora afirma então que, entre esses povos, não é possível estabelecer um marco fronteiriço.

Diante disso a fronteira possui conceitos plurais, uma vez que, além de demarcar a separação de países, pode ser um espaço compartilhado por diferentes povos. Lara e Villela (2019) dizem ser um território em constante construção e transformação. Nessa questão podemos considerar que se trata de uma região de conflitos, representações plurissignificativas e um local étnico e cultural.

Aprofundando um pouco mais essa visão, Muniz *et al.* (2019) entendem antes de serem físicas, as fronteiras são históricas. Elas oscilam entre o territorial e o simbólico. Reafirmando então a importância de ser compreendida como um lugar compartilhado por pessoas e que, entre idas e vindas, constroem uma história.

Por outro lado, de forma simbólica, essa se caracteriza pelos conflitos, pelas diversidades, por sua multiculturalidade e ainda por ser objeto de segregação social. Martins (2014) interpreta fronteira como um lugar de alteridade. É um lugar de encontro dos que por diferentes razões são diferentes entre si, como os índios de um lado e os ditos civilizados de outro.

Com isso, Pontes Filho (2011) destaca que às fronteiras físicas somam-se as fronteiras sociais regidas pelo preconceito e pela intolerância. Tanto uma, como a outra, foram produzidas historicamente. Sendo assim, essas são objetos de litígios entre os que nela circulam, causando convulsões sociais que, muitas das vezes, dificultam as relações entre todo o coletivo.

A construção da vida em fronteira vem dos aspectos herdados através das relações, experiências e sobrevivência vividas ao longo do processo histórico por aqueles que nela habitam. Muniz *et al.* (2019) contribuem na análise da configuração plural da fronteira. Para entender esse cenário complexo é necessário um olhar interdisciplinar, que considere as múltiplas determinações e mediações históricas que a constitui.

Se o Estado compreende fronteira como um território disputado regido por uma legislação, os indígenas entendem como um espaço simbólico e sem bandeira. Baniwa (2006) reverbera que a territorialidade, segundo os povos indígenas, não deve ser entendida no mesmo sentido com que um Estado soberano impera e controla o seu território.

É fundamental compreender que ao longo da história, a ideia de território sofreu inúmeras mutações. Saquet (2007) discute a ideia de que o território passou a contemplar aspectos que vão além do Estado-Nação, promovendo uma compreensão de exterioridades materiais e imateriais de grupo, comunidade e sociedade.

A partir de Raffestin (1993) território é uma construção conceitual a partir da noção de espaço. Para o mesmo autor (1993) o território diante da geografia humana passa a ser observado por uma ótica



com implicações políticas e de relações de poder. Portanto, o território é a apropriação do espaço, onde estão evidenciados o poder e a dominação controlado por um Estado Nacional.

Haesbaert (2014, p. 59) compartilha da ideia de que a distinção dos territórios se dá de acordo com aqueles que o constroem, sejam eles indivíduos, grupos sociais/culturais, o Estado, empresas e instituições como a Igreja. Para Saquet (2011) território também é uma construção social, a partir das diferentes formas de uso e apropriação do espaço geográfico. No âmbito dessas concepções, era o que faziam os povos Guarani, mas que tiveram a construção territorial alagada.

Na análise de Carvalho (2013) o conceito de território vem sendo empregado de forma errônea. Em sua tese de doutorado, a autora é veemente ao concluir que o termo “território” tem sido substituído incorretamente pelo “terras indígenas”, principalmente quando se trata dos Ava-Guarani.

Partindo desta afirmação, é necessário entender que o conceito de território para os povos originários transcende o que o não indígena considera demarcação física. Os Guarani enxergam os espaços de forma simbólica. Horii (2014) diz que essa observação a partir de um *ethos* indígena, permite gerar memória, identidade e sobrevivência dessas comunidades.

Portanto, a distribuição de terras indígenas vai além do simples fato de demarcar espaços. Não envolve apenas a apropriação física da terra. Devem ser considerados de como preservam os aspectos de concepção a respeito da origem do Universo, o convívio social, a religião, que convertem o território em um espaço totalmente simbólico.

Brighenti (2010) também compartilha desta análise, compreendendo que a territorialidade Guarani extrapola as fronteiras arbitrariamente impostas, modificadas e alteradas inúmeras vezes ao longo dos últimos cinco séculos. Sendo assim, estes povos não reconhecem esses limites fixos. Eles entendem pertencer a um território homogêneo no qual sempre prevaleceu a sua ocupação.

No âmbito destas concepções, os indígenas Guarani criaram vínculos que independeram de fronteiras, como sugere Horii (2014). O contexto histórico resguarda a propriedade dessas terras a eles que já estavam na região conforme já citado. Esse fato demonstra que a construção da Itaipu destruiu não só o território dos Guarani, mas também, aspectos simbólicos e culturais dessa etnia.

Para compreendermos a importância dessa territorialidade, Masuzaki (2016) afirma que esta área tinha uma dimensão territorial ampla, sendo esta estendida pelas fronteiras do Paraguai e Argentina até os estados de Mato Grosso do Sul, Santa Catarina, São Paulo e Rio de Janeiro. A autora, portanto, reforça o argumento de que houve uma perda que impactou diretamente os povos Ava-Guarani.

Segundo Carvalho (2013) para os indígenas, a mobilidade espacial é constante, inclusive entre países. Este deslocamento entre famílias é marcante na cultura Ava-Guarani. As relações entre as



aldeias, sejam elas políticas, matrimoniais, religiosas ou econômicas, imprimem um comportamento característico deste povo.

Ainda segundo a autora, essa mobilidade impera uma relação de reciprocidade onde envolve dois determinantes socioculturais. O primeiro deles se diz respeito a parentesco e o seu interesse em aproximar vários outros diferentes fatores, como a formação de novas famílias, a troca de informações. O segundo determinante visa a troca de experiências em questões espirituais e ecológicas como, por exemplo, as celebrações de rituais típicos e culturais.

Voltando a questão para o olhar não indígena, onde existe o trânsito de pessoas, bens, direitos entre estados e países, sendo esse demarcado por bandeiras, representatividades e legislações, o indígena tem uma percepção bem diferenciada. Esse último entende como sendo o verdadeiro dono da terra, não assimilando essa percepção de organização de determinado território.

Desse modo, o antropólogo, Baniwa (2006) afirma que os povos indígenas se organizam fazendo uma distribuição social de posições, funções, tarefas e responsabilidades entre eles. Sendo, portanto, necessário compreender que tais questões são advindas de heranças socioculturais que perpassam por dezenas de gerações.

Com o processo de mobilidade forçada oriunda das questões da instalação de Itaipu, os povos Guarani, passaram por transformação da sua organização sociocultural. Nesse ponto, o antropólogo Baniwa, faz despertar o interesse dos autores dessa pesquisa, em discutir de forma mais profunda, a perda no processo histórico, e das mobilidades e territorialidade dos Ava Guarani na fronteira Brasil - Paraguai entre os anos de 1982 a 1988.

A caminhada é tão presente no cotidiano dos Guarani que a mobilidade é uma característica comum entre estes povos. É resultado de um traço cultural herdado historicamente, como sugerem Colman, Azevedo e Estanislau (2016) concluindo ainda possuir variáveis que se combinam e recombinaem levando em consideração o momento que vivem ou a situação pela qual estejam passando.

Diante disso, os Ava-Guarani vivem a experiência da mobilidade espacial como cultura e como deslocamento imposto. Não é possível definir uma causa específica, porém, Melià *apud* Brighenti (2010, p.139) menciona as consequências da grande e desordenada ocupação de espaços por parte de terceiros. Com o território tradicional afetado, ocorrem as mudanças forçadas.

Diante do que foi exposto, é fundamental entender que o presente ensaio propõe apontar que os conceitos de fronteira, mobilidade e territorialidade, apesar de terem definições distintas, na história indígena dos Ava-Guarani estão entrelaçados. Porém, os elementos geopolíticos empurraram os índios a uma espécie de comportamento de marginalidade social e de modos de vida.



REFERÊNCIAS

ALCÂNTARA, G. K *et al.* **AVÁ-GUARANI: a construção de Itaipu e os direitos territoriais.** Brasília: ESMPU, 2019.

BANIWA, G. S. L. **O Índio Brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje.** Brasília: LACED, 2006.

BRIGHENTI, C. A. **Estrangeiros na própria terra: presença Guarani e Estados Nacionais.** Florianópolis: Editora Argos, 2010.

CARVALHO, M. L. B. **Das Terras dos Índios a Índios Sem Terras o Estado e os Guarani do Oco'y: Violência, Silêncio e Luta** (Tese de Doutorado). São Paulo: USP, 2013.

COLMAN, R. S; AZEVEDO, M. M. A; ESTANISLAU, B. R. “Os Guarani e o seu modo de ser caminhante”. **Revista Ideias**, vol. 8, n. 2, agosto, 2016.

HAESBAERT, R. **Viver no limite: território e multi/transterritorialidade em tempos de insegurança e contenção.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

HORII, A. K. D. “Território Guarani na tríplice fronteira: fragmentos que resistem no espaço-tempo”. **Revista Faz Ciência**, vol. 16, n. 24, 2014.

LARA, A. S; VILLELA, L.F. Tríplice Fronteira como Terra de Passagem: a evolução etimológica com base na cultura social e na criminalidade. *In*: ROCHA, F. S.; SOARES, J. A. (orgs.). **O mundo da fronteira: reflexões a partir da fronteira trinacional Brasil, Paraguai e Argentina**, vol. 1. Curitiba: Editora CRV, 2020.

MARTINS, J. S. **O tempo da fronteira retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira.** São Paulo: Hucitec, 1996.

MASUZAKI, T. I. “A luta pela retomada da terra dos Avá-Guarani no oeste do Paraná/Brasil”. **Anais do XVIII Encontro Nacional de Geógrafos.** São Luís: AGB, 2016.

MUNIZ, C. M. S. L *et al.* “A fronteira no plural: metáforas da região trinacional Brasil-Paraguai-Argentina”. *In*: ROCHA, F. S.; SOARES, J. A. (orgs.). **O mundo da fronteira: reflexões a partir da fronteira trinacional Brasil, Paraguai e Argentina**, vol. 1. Curitiba: Editora CRV, 2020.

PONTES FILHO, A. “O direito indígena dos Guarani na área da Tríplice fronteira: Brasil-Paraguai-Argentina”. **Cadernos da Escola de Direito e Relações Internacionais: UNIBRASIL**, vol. 3, 2011.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder.** São Paulo: Ática. 1993.

SAQUET, M. A. “O desenvolvimento numa perspectiva territorial, multidimensional e democrática”. **Resgate Revista Interdisciplinar de Cultura**, vol. 19, n. 1, novembro, 2011.

SAQUET, M. A. “As diferentes abordagens do território e a apreensão do movimento e da (i)materialidade”. **Revista Geosul**, vol. 22, n. 43, 2007.



BOLETIM DE CONJUNTURA (BOCA)

Ano III | Volume 5 | Nº 15 | Boa Vista | 2021

<http://www.ioles.com.br/boca>

Editor chefe:

Elói Martins Senhoras

Conselho Editorial

Antonio Ozai da Silva, Universidade Estadual de Maringá

Vitor Stuart Gabriel de Pieri, Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Charles Pennaforte, Universidade Federal de Pelotas

Elói Martins Senhoras, Universidade Federal de Roraima

Julio Burdman, Universidad de Buenos Aires, Argentina

Patrícia Nasser de Carvalho, Universidade Federal de Minas Gerais

Conselho Científico

Claudete de Castro Silva Vitte, Universidade Estadual de Campinas

Fabiano de Araújo Moreira, Universidade de São Paulo

Flávia Carolina de Resende Fagundes, Universidade Feevale

Hudson do Vale de Oliveira, Instituto Federal de Roraima

Laodicéia Amorim Weersma, Universidade de Fortaleza

Marcos Antônio Fávaro Martins, Universidade Paulista

Marcos Leandro Mondardo, Universidade Federal da Grande Dourados

Reinaldo Miranda de Sá Teles, Universidade de São Paulo

Rozane Pereira Ignácio, Universidade Estadual de Roraima